

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ALICERCE PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Wanessa Cristina de Lacerda Landó

RESUMO: O presente estudo referente as ações extensionistas realizadas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), no período letivo de 2015, voltadas as questões sociais, foi realizada a partir dos trabalhos efetivados nos cursos de formação de professores, da professora pesquisadora e sua atuação no CIENT (Comitê Institucional de Extensão) que é diretamente ligado a PrE - Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. O CIENT foi institucionalizado pela Resolução CsA nº 014/2008 e tem como principais atribuições avaliar as ações extensionistas da PrE. A Universidade tem como missão produzir e socializar o conhecimento científico e o saber, desenvolver a cultura e a formação integral de profissionais e indivíduos capazes de se inserirem criticamente na sociedade e promoverem a transformação da realidade socioeconômica do Estado de Goiás e do Brasil. Inicialmente realizou-se um estudo detalhado sobre a criação da UEG a qual foi estruturada com o objetivo de atender às demandas da sociedade goiana. Uma delas era assegurar aos estudantes o direito de acesso e permanência bem sucedida na educação superior pública e gratuita, sem deslocarem-se para a capital do Estado. E outra demanda trata-se de expansão de uma instituição de nível superior pública como fator de desenvolvimento do interior Estado de Goiás.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Pesquisa. Extensão. Universidade.

Introdução

Mediante a Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999, que vinculou organicamente a UEG à Secretaria Estadual de Educação e com o Decreto n.5.158/1999 a UEG se vinculou à Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC).

Em Julho de 2015 o projeto de Lei de Autonomia da UEG, de nº 2.278, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Conforme esta nova lei, que adota os preceitos institucionais tanto da Constituição Brasileira de 1988 quanto oriundos da Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Universidade Estadual de Goiás adquire autonomia didático-pedagógica, de gestão financeira, administrativa e patrimonial. O PL foi sancionado e transformado na Lei 18.971, de 23 de Julho de 2015 e, entre outros, após assumir sua autonomia permite que a UEG passasse a ser diretamente responsável por seus pagamentos, assim deixando de depender da Secretária da Fazenda.

A estrutura organizacional da UEG, em observância a Lei Estadual nº17.251, de 25 de Janeiro de 2011, e ao Decreto Estadual nº 7.275, de 4 de abril de 2011, é constituída da seguinte forma: Colegiados deliberativos; Colegiados não deliberativos (Assembleia Universitária,



Conselho Comunitário); Órgãos da administração central (Conselho Universitário, Conselho Acadêmico, Reitoria) ; Unidades acadêmicas – Câmpus (Congregação, Conselho Acadêmico do Câmpus, Diretoria, Coordenações de Cursos); Órgãos complementares e/ou suplementares (A Universidade poderá criar órgãos suplementares com atribuições técnicas, culturais, desportivas, artísticas e outras [art.15 do Estatuto da UEG].

Embora seja uma instituição nova, a UEG busca manter a identidade que deu origem à sua história. Sua proposta de democratizar o conhecimento tem se concretizado tanto pela expansão quanto pela interiorização do ensino superior no Estado de Goiás.

Os princípios norteadores da prática da UEG e sua filosofia de trabalho como instituição de ensino superior pública estadual, podem ser averiguadas em seu Estatuto (Decreto nº 5.130, de 03/11/1999):

Art. 4º - Na organização e no desenvolvimento de suas atividades, visando ao cumprimento de sua missão institucional, a Universidade Estadual de Goiás tem como base os seguintes princípios:

- I – respeito à liberdade de pensamento e de expressão, sem discriminação de qualquer natureza;
- II – Universidade do conhecimento;
- III – Igualdade de oportunidades no acesso, na participação e na permanência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- IV – Pluralidade ideológica e acadêmica;
- V – Democracia e transparência na gestão;
- VI – Obediência à legislação vigente;
- VII – Integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social;
- VIII – valorização e reconhecimento das experiências práticas;
- IX – indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A preocupação da UEG com a integração social e econômica se justifica enquanto instituição direcionada para ensino, pesquisa e extensão dentro de uma temporalidade histórica em que novos saberes se disseminam e são apropriados pela sociedade; formação de profissionais da educação focados no contexto atual; ser polo de inovações regionais e promotora de programas, dentre outros.

Como objetivo geral do estudo foi de pesquisar quais razões determinam as potencialidades e fragilidades dos projetos extensionistas da UEG no tocante à relação da questão social com a diversidade, realizou-se um estudo detalhado sobre as práticas extensionistas da UEG. Em relação aos objetivos específicos, apresentou-se a evolução da extensão universitária no Brasil, bem como a conceituação de extensão universitária e suas



modalidades. Na sequência, estudou e compreendeu-se o conceito de extensão universitária para a UEG, bem como a compreensão mais aprofundada sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A metodologia utilizada foi a de pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, documental e estudo de caso institucional, seguindo o método materialismo histórico dialético, pautado na historicidade, na crítica e na dialética.

A Extensão Universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa, de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, com base na interlocução entre saberes, que tem como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática/ reflexão/prática, a Extensão Universitária é interdisciplinar favorecendo a visão integrada de todas as dimensões da realidade social.

Faz-se necessário compreender a história da Extensão Universitária. Das três dimensões constitutivas da universidade, a extensão foi a última a surgir, seja por isso, seja por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar, seja pelo fato de se realizar, em grande medida, além das salas de aulas e dos laboratórios, seja pelo fato de estar voltada para o atendimento de demandas por conhecimento e informação de um público extenso e heterogêneo, por tudo isso, talvez, as atividades de extensão não têm sido adequadamente compreendidas e assimiladas pelas universidades.

Algumas dificuldades conceituais sobre a extensão universitária derivam, em grande parte, do fato de a extensão se colocar questões complexas, seja por suas implicações político-sociais, seja por exigir postura intelectual aberta à Inter e à transdisciplinaridade, que valorize o diálogo e a alteridade. A extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias.

A extensão universitária não é tão recente assim. Datam da segunda metade do século XIX, na Inglaterra, as pioneiras manifestações da extensão universitária. Afirma Mirra que:



A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham – a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Pércles foi apresentado no centro manufactureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire. (MIRRA, 2009, p. 77).

Da Inglaterra, a extensão transitou para a Bélgica, daí para a Alemanha e em breve por todo o continente europeu, chegando aos Estados Unidos, que criou a American Society for the Extension of University Teaching, que impulsionou as atividades de extensão, pioneiramente, na Universidade de Chicago, em 1892, culminando na experiência desenvolvida pela Universidade de Wisconsin, em 1903, que colocou “seus professores como technical experts do governo do estado”. Muito bem sucedida, a iniciativa conferiu prestígio e visibilidade nacional ao que seria chamado de “Wisconsin Idea”, levando o próprio presidente americano, Theodore Roosevelt, a sinalizar para o país aquele exemplo.

Contudo, há certas divergências no entendimento da prática extensionista, o que causa confusão teórica e, conseqüentemente provocando embaraço no meio acadêmico. De acordo com Sousa (2000, p.11)

a extensão universitária já foi apresentada como a projeção da Universidade ao meio, [...], ou como uma atitude de abertura da Instituição de Ensino Superior para a comunidade [...], ou ainda como instrumento de formação humana do acadêmico e prestação de serviços à comunidade.

Sousa (2000) aponta a história da extensão universitária num olhar sobre três perspectivas, a saber: o movimento estudantil brasileiro, o ministério da educação e as instituições de ensino superior.

A extensão universitária está intrinsecamente ligada a história da educação no Brasil. Nas universidades brasileiras sempre houve a preocupação com o ensino, as ações



extensionistas acontecia esporadicamente “sendo fruto de interesses e de atos de vontade de segmentos da comunidade acadêmica, e não representavam respostas às demandas sociais”. (SOUSA, 2000, p.13)

Como forma mediadora entre ensino, universidade e sociedade, a extensão careceria se ater como um instrumento que mediasse à interação da universidade com a sociedade e, que viesse cumprir com seu compromisso social. Pois, não tem como separar a universidade da sociedade, visto que ambas estão ligadas diretamente com outra. É fundamental ressaltar a importância que a universidade tem com a sociedade, pois esta contribui para seu crescimento e desenvolvimento.

Ainda que a extensão necessite de maior elucidação, Sousa (2000) afirma que esta surgiu na “legislação educacional, em 1931 no primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, [...] como organismo da vida social, [...] reconhecida pelo oferecimento de cursos e conferências de caráter educacional”. Logo depois, ressurgiu na lei 5.540 de 1968 se tornando obrigatória nas Instituições de Ensino Superior (IES), mesmo assim, não houve avanços esperados na sua prática.

A constituição de 1988 registra a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, afirmando mais uma vez a importância desta prática nas universidades. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) caracteriza a extensão como “instrumento de difusão, para a população, das conquistas e dos benefícios produzidos dentro da Universidade, e também como um dos requisitos mínimos para o credenciamento de Universidades”. (SOUSA, p.17, 2000).

Embora as Leis ressaltem bem o lugar da extensão na Universidade, nota-se que há somente a repetição de palavras, nada novo acontece, carecendo de melhores esclarecimentos. Diante disso, faz-se necessário compreender a extensão dentro de cada ótica. E uma desta e, primeira a ser destacada é o Movimento estudantil que aborda como foi à extensão para os discentes entre os períodos de Brasil colônia até estado novo; estado novo até o golpe militar de 1964 e do golpe até os dias de hoje.

Percebe-se os primeiros movimentos estudantis universitários desde a época do Brasil colônia. Mesmo que não era conhecido como “Extensão”, as ações dos estudantes se voltavam para a sociedade com projetos que buscavam ajudar diretamente nos problemas sociais. Sousa (2000) afirma que é possível identificar essa presença dos estudantes em momentos históricos como a Inconfidência Mineira, Campanha abolicionista, Campanha Nacionalista, dentre outros. Assim foi a participação estudantil nesse período, algo que acontecia momentaneamente.



Ao analisar o período do estado novo até o golpe militar de 1964, nota-se, também, a participação dos estudantes de maneira persuasiva na história, pois houve uma organização nacional. É certo afirmar que a grande referência desse período para o movimento estudantil foi à criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Agosto de 1937.

Houve um marco na história do Brasil registrado pelos acontecimentos nacionais como “a entrada do Brasil na II Guerra Mundial contra o nazofascismo, e a Campanha do “Petróleo é Nosso” (Sousa, 2000, p.24). Nesse período, verificou-se uma participação real do Movimento Estudantil dentro do cenário político e social do país e uma conscientização maior dos estudantes em relação ao problemas da sociedade.

Em seguida, as ações do Movimento estudantil são vistas no período que vai do Golpe de 1964 até os dias atuais quando o Governo apropria-se das diretrizes que se referem às ações estudantis. Sousa (2000, p.48) menciona que “o Golpe de 64 combatia a ideologia nacionalista-desenvolvimentista e a substituía pelo “desenvolvimento com segurança”, uma ideologia da Escola Superior de Guerra”.

O governo começa a atacar a UNE, pois esta havia se posicionado para ajudar os trabalhadores. Segundo Sousa (2000), com a queima do prédio próprio e de documentos a UNE perde força e entra para clandestinidade provocando a desagregação do Movimento Estudantil. Entretanto, diante desse domínio político, há registros das ações dos estudantes nesse período, não de forma intensa como era antes, mas de forma sutil e com outras táticas.

Na verdade, depois desse período, o Movimento estudantil frente aos acontecimentos políticos se tornou ações raras com poucos registros relevantes que viesse a influenciar os acontecimentos políticos. O que se percebe são estudantes acomodados que não se interessam aos acontecimentos nacionais e nem aos assuntos pertinentes da própria Universidade, mas sim, a si próprios e aos assuntos relevantes aos seus estudos.

A segunda ótica referente à Extensão a ser analisada é a do Ministério da Educação. Diante disso, é preciso retomar a visão histórica em relação à sociedade e Universidade, a institucionalização e o desenvolvimento da Extensão.

Nos projetos e documentos da política governamental, há leis, normas, decretos que registram todos os tramites legais do estado. Dentre esses, Sousa (2000, p.55) aponta que há um conjunto “composto por documentos legais e projetos oficiais expressivos para a educação e especificamente para a Extensão Universitária”.



Nota-se, contudo, que a extensão passou por um período de ausência dentro das próprias normas do Estado, isto é, este não se pronunciava sobre o assunto. Entre Brasil colônia até a Revolução de 1930, não há registros sobre a influência do Estado e/ou relatos históricos que mencionam as ações deste no tocante a Extensão.

De acordo com os apontamentos de Sousa (2000), somente por volta da década de 1920 e 1930 é que surge a primeira legislação sobre a Extensão Universitária. Esse foi um fator primordial na história da extensão, pois a partir dessa legislação é que se iniciou a identificação e concepção da estruturação da extensão.

A partir do Golpe de 1964, o Estado assume a função de coordenador de todas as práticas extensionistas. Entretanto, a concepção do Estado em relação às atividades extensionistas se definia na prestação de serviço direcionada as classes carentes da comunidade. Foi um período de maior participação notável do estado com a extensão.

Com o início da década de 80 a extensão começou a passar novamente por processos de transformação, no que Sousa (2000) afirma que até aos dias atuais não houve mudanças relevantes no que tange a interferência do Estado na prática extensionista.

A influência das instituições de Ensino Superior (IES) nas questões indicativas a Extensão pode ser periodizada tendo sua presença manifesta ou não. Como iniciativa institucional, em primeiro período, a partir do surgimento do ensino superior no Brasil até as primeiras experiências extensionistas, percebe-se essa presença muito tímida em relação a Extensão Universitária.

Foi identificado uma ausência quase total das IES, em um segundo período, após estas primeiras experiências até o Golpe de 1964.

A partir do Golpe de 1964, o terceiro período será marcado, tendo sua presença manifesta de forma específica em algumas atividades de Extensão Universitária.

Já partir da década de 1980 se inicia o quarto período, com a abertura política no Brasil, e vem até os nossos dias. É um período em que há a preocupação e envolvimento de atividades de Extensão, e não mais interesses governamentais. Em 1987 ocorreu o principal marco, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

A articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico, pois quando bem articuladas, conduzem a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação



profissional. O ensino com extensão aponta para o domínio de instrumentos nos quais cada profissão se expressa em seu próprio processo evolutivo.

Severino (2007, p.22) assevera que “A educação superior tem uma tríplice finalidade: profissionalizar, iniciar à prática científica e formar a consciência político-social do estudante”. Nesse sentido, Severino menciona a diferença entre o aprender em outras fases da vida escolar e o aprender na Universidade:

... na Universidade, o conhecimento deve ser construído pela experiência ativa do estudante e não mais ser assimilado passivamente, como ocorre o mais das vezes nos ambientes didático-pedagógicos do ensino básico (SEVERINO, 2007, p. 25).

Esse autor afirma ainda que “hoje a atuação profissional, em qualquer setor produção econômica, exige capacidade de resolução de problemas, com criatividade e riqueza de iniciativas, em face da complexidade das novas situações.”. (SEVERINO, 2007, p.29).

Assim reforça-se a necessidade de a Universidade estar envolvida não apenas com ensino, mas com a pesquisa e também a extensão, pois só assim a comunidade universitária egressa poderá ter uma atuação política e cidadã.

A pesquisa somente tem sentido se revertida em ensino e em extensão. Caso contrário, é inócua. Uma das características da pesquisa científica é ser útil à sociedade e, para isso seus resultados devem chegar até a comunidade. A pesquisa por meio da publicação científica chega a comunidade acadêmica.

Uma forma da pesquisa chegar à comunidade em geral ou as massas é por meio da extensão universitária. A extensão universitária não pode ser vista como uma parte meramente prática da universidade. Ela é envolta de intensidade teórica, advinda da pesquisa ou que propicia a pesquisa.

Percebe-se que inquietações pairam sobre a extensão, faltando assim uma definição que explique com clareza sobre as práticas extensionistas da UEG. Sousa (2000) afirma que muitas vezes a extensão universitária é usada para rotular, identificar e classificar algumas práticas docentes, atreladas a questões individuais, sem muito cuidado com a fundamentação e construção teórica.

Contudo, há certas divergências no entendimento da prática extensionista, o que causa confusão teórica e, conseqüentemente provocando embaraço no meio acadêmico. De acordo com Sousa (2000, p.11)



a extensão universitária já foi apresentada como a projeção da Universidade ao meio, [...], ou como uma atitude de abertura da Instituição de Ensino Superior para a comunidade [...], ou ainda como instrumento de formação humana do acadêmico e prestação de serviços à comunidade.

Dessa forma, discutir extensão universitária em uma Universidade pública, gratuita, multicampi e interiorizada é um desafio, pois muitos docentes que a compõem imaginam que Universidade é apenas “ensino”, ou quando muito fazem a “pesquisa”, deixando a extensão de lado não dando a ela seu devido valor.

Botomé (1996) ressalta ao risco da extensão se tornar assistencialismo ou voluntarismo, práticas que a descaracterizam. Para este autor a responsabilidade fundamental e específica da universidade é de desenvolver o conhecimento e torná-lo acessível.

O autor ainda enfatiza que as atuações sociais podem ser condição para isso, mas não substituem esse papel fundamental da Universidade, Da mesma forma que o conhecimento produzido e o acesso a ele devem ser condições para levar atuações e transformações sociais.

Considerações Finais

Percebe-se a importância da extensão no campo universitário quando se entende que a extensão não é apenas uma socialização da aprendizagem teórica, mas sim uma descoberta de novas problematizações e possibilidades de soluções que permeiam nos seio da sociedade. É também, uma oportunidade de se descobrir novos objetos de estudos e pesquisas. As problemáticas não cessam, há sempre novas instigações que proporcionam aos docentes e discentes novas fontes de pesquisa e assim sucessivamente. À medida que se encerra e divulga os resultados de uma pesquisa por meio da extensão, outras novas surgem e assim continua o ciclo de ensino, pesquisa e extensão.

Foram levantados aspectos que evidenciam o compromisso social da UEG com a sociedade local e sua atuação e inserção na sociedade. A pesquisa demonstra que os campi oferecem possibilidades, mas que nem sempre há clareza sobre as modalidades das atividades que são predominantes na extensão. Evidenciou também que, na UEG, as ações extensionistas seguem as linhas de extensão formuladas pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão (Forproex), e são desenvolvidas na forma de cursos, eventos ou projetos, cadastrados na Plataforma Pegasus.



Percebem-se nos documentos da UEG (PDI, PPI e portarias), que a IES está preocupada com a construção e normatização de suas atividades. Esse processo enfatiza a necessidade da extensão, como parte da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, e anuncia que todos os atores envolvidos no processo educativo têm a responsabilidade de produzir, em todas as atividades acadêmicas das quais participam, a extensionalidade como princípio pedagógico inerente ao fazer e ao pensar.

Referências

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante**: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes, 1996.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Brasil. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, Ana Luíza Lima. **A História da Extensão Universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. 2010-2019.

Dos autores:

¹Pedagoga. Professora da Universidade Estadual de Goiás. Mestre em Educação. Mestre em Serviço Social.. wanessalando@yahoo.com.br

